

Contra o Ecletismo!

LUIZ OOSTERBEEK INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR (loost@ip.pt)

"Ter um sítio para escavar parece continuar a ser mais importante do que ter um problema para investigar".

A. Valera, texto de apresentação do presente volume.

Escreveu Hegel que a erudição consiste em saber uma quantidade de coisas desprovidas de interesse intrínseco, a não ser o de serem conhecidas. Um problema teórico de que podemos partir é o da natureza da própria pesquisa arqueológica: em que medida o que fazemos é mera erudição ou serve outros propósitos? Ou, dito de outra forma, a que tipo de necessidades da sociedade responde o labor arqueológico?

Creio que a estratégia de "escavar, escavar sempre", ultrapassada a fase antiquarista da sociedade (ainda que não o antiquarismo enquanto abordagem teórica), é apenas aceite pela sociedade dentro dos limites da exumação de vestígios monumentais e da memorialização de "janelas abertas sobre o passado", ou seja, de uma equilibrada dos efeitos da renovação profunda das paisagens. Esta, aliás, foi a verdadeira discussão em Foz Côa: a preservação integrada dos vestígios no seu contexto paisagístico (independen-

temente da sua cronologia ou estética, argumentos estultos e propagandísticos) *versus* a preservação de fragmentos (solução aceite, talvez com apressada submissão, noutros contextos).

Dito isto, não é menos verdade que o acto de escavar é essencial para a construção do discurso arqueológico, que emerge dessa *praxis*, e que a escavação de novos contextos é essencial para a proposição de uma leitura arqueológica (e não meramente histórica ou arquitectónica) das paisagens.

A teoria é algo que não precisa de estar sempre presente na nossa acção, se seguirmos a explicação de António Damásio, de que a inteligência racional não comanda a totalidade dos nossos actos. Com efeito, uma das consequências da institucionalização formativa da arqueologia tem sido a padronização das suas metodologias, automatizando procedimentos e diminuindo a diversidade. Um subproduto deste processo tem sido

a operarização da profissão, cavando um fosso cada vez maior entre o arqueólogo-escavador (com estatuto social de operário altamente qualificado) e o arqueólogo-pensador (com estatuto para-sacerdotal de erudito hegeliano). Numa dinâmica assim consentida, mesmo que de forma desconfortável, cresce demograficamente a profissão, mas cinde-se o seu exercício. Facto que decorre da própria dinâmica social; afinal, quantos arquitectos, médicos ou engenheiros reflectem teoricamente sobre as suas profissões?

Resulta ainda, deste processo, o regresso mediático do positivismo, numa versão mais popular que teórica, que se pode sintetizar na crença de que a arqueologia revela factos que podem ser socialmente valorizados (turismo). Um regresso que se inscreve na lógica altamente competitiva da produção de conteúdos informativos, que levam alguns, talvez sem se darem conta, a promover a disciplina na sua versão "Indiana Jones": emoção,

descoberta de sucessivas versões do "cálice sagrado" (o mais antigo vestígio, a inversão dramática de modelos supostamente consensuais, a explicação histórica deduzida de modelos teóricos fragilmente apoiados em sítios únicos, sendo essa unicidade a raiz da sua projecção comunicacional).

A teoria, no entanto, subsiste como a base de toda a actividade arqueológica, e a ausência de reflexão teórica não impede, como muito bem sublinha A. Valera no seu texto, tal facto. Em hora de debate sobre o futuro da arqueologia em Portugal, este facto pode ser testado em questões supostamente elementares, como a decisão de escavar (ou não), de conservar (e como), de inventariar (o quê) ou de ensinar (com que *curriculum*?).

Houve um tempo, não muito distante mas superado, em que a escavação era um acto pouco disciplinado e movido pelo coleccionismo. Sítios eram escavados com fracas metodologias, sem reais esforços de documentação contextual, e, sobretudo, sem preocupação de preservação dos vestígios materiais; a construção de esquemas interpretativos ou, por outras palavras, a resposta a problemas de investigação, eram o móbil das intervenções. Foi em reacção a esta realidade que se foram afirmando discursos de conservacionismo dos vestígios, privilegiando a dimensão material e técnica sobre a componente interrogativa e teórica. O pragmatismo neopositivista, nesta acepção, foi uma reacção compreensível a um quadro em que o maior risco era o da destruição de vestígios.

Uma das consequências da institucionalização formativa da arqueologia tem sido a padronização das suas metodologias, automatizando procedimentos e diminuindo a diversidade. Um subproduto deste processo tem sido a operarização da profissão

Pertenço já a uma geração educada na preocupação de escavar menos mas melhor, de procurar responder a questões, de preservar testemunhos, de envolver equipas amplas e multidisciplinares. Mas, sem querer questionar tais opções, é sempre com perplexidade que constato que a nossa opção colectiva leva a escavar cada vez menos para resolver interrogações de pesquisa, mesmo se se escava cada vez mais para resolver problemas de crescimento económico (minimização de impactes, turismo...). Sobretudo, aprofunda-se a distância entre os centros com mais meios financeiros para escavar e recuperar (sobretudo institutos ministeriais e autarquias) e os centros com mais massa crítica para reflectir e interpretar (sobretudo, os centros de ensino superior). Problema agravado (alguns diriam justificado) pelo custo cada vez mais elevado dos trabalhos de campo. Esta realidade não é apenas regulada pelo mercado, pois decorre também da fraca visibilidade da discussão teórica entre nós.

Na ausência de debate, de contradição, faz caminho a ideia de que a metodologia de escavação é uma questão apenas técnica, e que, por isso, haveria muitas teorias mas um só método (já ouvi falar, várias vezes, do "método arqueológico", embora sem saber muito bem do que se trata). Esta unicidade metodo-

lógica, que tem como contraponto a argumentação desligada da materialidade (as "teorias interpretativas" que não questionam o registo arqueológico, que fazem lembrar certo filósofo para quem tudo roda em torno da argumentação – "originalidade" que já fora, muitas décadas antes, denunciada por Gramsci) é ainda neta do histórico-culturalismo, mas numa versão mais pobre, que já não aprendeu latim e por isso prefere dedicar-se a estudar a ergonomia do colherim.

A este perigoso divórcio acresce o restricionismo que, embora movido por uma razão justa e generosa (não deve fazer arqueologia de campo quem não tem os meios, técnicos ou financeiros, para o fazer; não o deve fazer quem não tenha uma autorização ministerial, dado que ao fazê-lo está a modificar, ou mesmo destruir, um recurso colectivo), se oferece muitas vezes com o odor corporativo. Eis aqui outra realidade que me deixa perplexo: preferimos a destruição sem registo ao registo não profissional. Explico: as intervenções actuais sobre o território (construção de estradas, urbanizações, trabalhos agroflorestais) recorrem a meios altamente destrutivos do património; não sendo possível a intervenção profissional sobre todos os sítios afectados (a expansão, teoricamente determinada, do conceito de património

Esta unicidade metodológica, que tem como contraponto a argumentação desligada da materialidade é ainda neta do histórico-culturalismo, mas numa versão mais pobre, que já não aprendeu latim e por isso prefere-se dedicar a estudar a ergonomia do colherim

alargou de forma torrencial o número de sítios reconhecíveis), estão os que dela não beneficiem condenados à simples destruição, eventualmente regada com alguns lamentos. Mais uma vez sem querer propor o improporável, não deixo de sentir que algo deve estar menos bem nesta nossa atitude, que é uma forma de dizer à sociedade: ninguém pode fazer este trabalho sem a nossa qualificação académico-profissional, e, se não nos for possível fazê-lo, podem os vestígios ser destruídos sem qualquer registo. Bem sei que não é exactamente isto que dizemos, mas por demissão de elaboração teórica, é a isso que soa. Por um lado, expandiu-se o conceito de património, ampliou-se o interesse da sociedade pelo passado (facto que se aprofundará no actual quadro de crise de referências, numa espécie de paráfrase colectiva do "Si autobiográfico" do já citado A. Damásio), e a legislação protectora correspondente não cessa de se tornar mais abrangente; mas, por outro lado, reduziu-se a componente amadorista da arqueologia. Não haverá aqui uma contradição?

que a natureza da arqueologia é a da expansão permanente do registo, devido à invisibilidade que muitas vezes comporta, mas tudo tem limites: menos de 14 000 sítios no inventário nacional? Os mais inocentes podem até pensar que sim, e acreditar, com uma fé que faria arrepiar Tomé, que se pode acreditar em tal inventário como a principal base dos Estudos de Impacte Ambiental. Mas a verdade é que a ausência de esforço nesta matéria é, também ela, uma opção teórica: não há um acordo sobre o que registar ou como; não há um acordo claro sobre o que é arqueológico ou não. E não há a coragem de escolher uma perspectiva, única forma de poder construir um registo nacional. É uma opção teórica, pois, a de não clarificar esta questão, que decorre talvez de uma outra: uma postura divorciada dos "interesses nacionais" (repare-se que os países que os assumem são os que possuem cartas arqueológicas mais fiáveis, pois as conceberam como instrumento para a consolidação da sua própria identidade). Uma postura que tem, por muito que lhe custe, uma fundamentação mais ampla, como eco de uma certa visão localista e relativista da história, que até se inscreve bem no que alguns afirmam ser "os brandos costumes" do nosso colectivo.

Chegados até aqui, se alguém não tiver desistido de ler esta ex-

cursão poderá perguntar: então e o percurso formativo, na Universidade ou Politécnico, não integra a teoria? Não são os arqueólogos formados nesse meio?

Já tenho ouvido essa crítica, mas não a considero justa. Existe no nosso meio académico reflexão teórica endógena, e os alunos são estimulados a ler e a discutir. Mas faltam espaços, isso sim, de contradição assumida. É por isso que, não raro, as "novidades arqueológicas" são divulgadas como certezas incontestáveis, como produtos industriais, e não como resultados em processo. Falta isso e falta a tranquilidade de errar, de afirmar sem ter a certeza absoluta, de publicar resultados preliminares e de os submeter ao contraditório. Mas temos tido, inequivocamente, reflexão teórica, embora escassamente publicada. O problema coloca-se mais do lado do legislador, que tem produzido leis supostamente naturais, mas que se ancoram em perspectivas teóricas não assumidas: a arqueologia como parte da História, a metodologia como algo asséptico. Leis que, no entanto, são inequívocos grandes progressos.

É neste cenário, navegando entre destroços culturalistas (sempre mais inocentes), positivistas (sempre mais afirmativos e agressivos) e historicistas (estes sempre mais barrocos), e dominado pelo pragmatismo e ecletismo teóricos, que se encontra a nossa arqueologia. E poderia ser de outra forma? Afinal, não são essas as grandes naus do século XX que, voltando as costas ao debate teórico de oitocentos, vieram a naufragar ao largo de um novo milénio de inquietações?

Afinal, quem esperaria que uma empresa se abrisse a um debate como este? Talvez apenas quem pense que não há reflexão teórica na arqueologia portuguesa.

Vencer o ecletismo e aprofundar o debate teórico é uma necessidade que temos, é uma realidade que vivemos e que iremos fazer com iniciativas de "surpresa", como esta. Afinal, quem esperaria que uma empresa se abrisse a um debate como este? Talvez apenas quem pense que não há reflexão teórica na arqueologia portuguesa.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1996), *Para uma Conciliação das Arqueologias*, Porto, Ed. Afrontamento.
- Damásio, António (2000), *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Jorge, Vítor Oliveira (2003), *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto Ed.
- Oosterbeek, Luiz (2000), "Continuidade e descontinuidade na pré-história – estatuto epistemológico da Arqueologia e da Pré-História", in: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 40 (3-4), Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 51-74.